

# Conferência de Abertura

Luís Amado

*Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*

## **60 Anos da NATO. Portugal e a Aliança Atlântica**

Comunicação proferida pelo Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Luís Amado, por ocasião da “Conferência de Abertura” do Seminário “Portugal e a Aliança Atlântica”, que teve lugar no IDN no dia 26 de Março de 2009. Este Seminário foi organizado em conjunto pelo IDN, pelo IESM, pelo Instituto Diplomático e pelo IPRI e realizou-se no âmbito das comemorações dos “60 anos da NATO”.

## **NATO’s 60th Anniversary. Portugal and the Atlantic Alliance. Opening Remarks**

*The present text is a transcript of the speech delivered by the Portuguese Minister of Foreign Affairs, Mr. Luís Amado, in the “Opening Remarks” of the Seminar “Portugal and the Atlantic Alliance”, held in the National Defense Institute on the 26<sup>th</sup> of March 2009. This seminar was hosted by the NDI, the Military Institute of Superior Studies, the Diplomatic Institute and the Portuguese Institute of International Relations to celebrate NATO’s 60<sup>th</sup> anniversary.*



Assinalando este momento de grande importância para Portugal e a sua política externa, não podia deixar, em nome do Governo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de marcar com a minha presença o nosso forte apreço para com todas as instituições que se organizaram para preparar este seminário, bem como de assinalar o papel de Portugal na NATO e o contributo da Aliança para o desenvolvimento e a estabilidade do nosso país.

O seminário terá oportunidade, durante o dia de hoje, de vos confrontar com os aspectos históricos da Aliança, com os nossos esforços na participação em missões e com alguns aspectos do relacionamento da Aliança com a Comunidade Internacional. O Sr. Ministro da Defesa estará na sessão de encerramento e, seguramente, concentrar-se-á mais na sua intervenção sobre os aspectos militares da organização, sobre os desafios que se colocam no plano militar e nas políticas de defesa dos aliados. Pela minha parte, procurarei muito sinteticamente dar-vos conta de algumas das inquietações que neste momento tenho em relação ao enquadramento estratégico da Aliança. Ao celebrar os seus 60 anos de existência, a Aliança prepara o seu novo conceito estratégico, que será muito provavelmente aprovado na Cimeira da NATO que se realizará em Lisboa no final do próximo ano. Tudo indica que, nessa ocasião, a NATO estará em condições de aprovar um novo conceito estratégico, que a preparará para os novos desafios com que se confrontará ao longo das próximas décadas, revendo o conceito estratégico que foi aprovado na Cimeira de Washington há 10 anos.

O mundo mudou bastante desde então. Continua a mudar muito rapidamente, pelo que o ambiente estratégico deve dar enquadramento ao debate que se vai abrir a partir de agora entre os aliados para actualizar o conceito estratégico, tendo em consideração, por um lado, a crise que estamos a viver e o seu impacto geopolítico, e por outro, os desafios mais específicos que a Aliança atravessa no seu quotidiano, preparando-se para a transição entre dois mundos em curso. No plano político, a Aliança é um fórum de diálogo entre aliados. No plano militar, dada a sua natureza de organização de defesa colectiva, é também expressão de um conceito estratégico de segurança colectivo, exemplar e muito inovador, que os diferentes aliados souberam consolidar ao longo dos últimos 60 anos e que são a garantia da paz e da estabilidade, não apenas na Europa mas no próprio sistema internacional – que depende hoje muito da eficiência com que hoje a Aliança garante a realização dos seus objectivos de segurança colectiva no espaço que a identifica.

Em primeiro lugar, abordaria os aspectos desta crise que devemos ter em consideração para precisar melhor o quadro estratégico de reflexão sobre o futuro do conceito da Aliança. Desde logo, é necessário caracterizar a natureza da

crise, como uma crise de confiança muito séria, que está a abalar os mercados e as instituições financeiras, a confiança dos agentes económicos e a confiança dos cidadãos nas suas instituições. A enorme instabilidade social que se gera por todo o mundo vai agravar-se ao longo dos próximos meses, pondo em causa a coesão social em muitos dos nossos países. Trata-se, em meu entender, de uma crise de confiança que resvala ou pode resvalar para uma crise de segurança colectiva em algumas regiões. Como tal, na resposta a esta crise, deve-se valorizar muito, como é o caso na acção de todos os governos por todo o mundo, a resposta necessária à estabilização dos mercados financeiros e ao relançamento da actividade económica.

Não pode descurar-se de forma alguma a gestão e o controle dos problemas de segurança, designadamente os problemas de segurança internacional e as tensões geopolíticas. Perdendo-se o controle nas questões de segurança, todo o esforço que se faça para retomar a confiança será de imediato posto em causa. Sendo a Aliança a principal organização de segurança colectiva mundial, tendo neste momento um envolvimento directo em alguns focos de tensão geopolítica muito relevantes, descurar essas frentes seria absolutamente inaceitável. Esta vertente afigura-se essencial para, em conjunto, podermos reagir a uma crise com a dimensão actual e poder assegurar a confiança necessária à retoma da actividade económica, ao relançamento do crescimento e, nessa perspectiva, à estabilidade social e política tão necessária para a paz internacional.

Um segundo aspecto parece-me relevante e deve ser considerado: a crise por origem, e como seu epicentro, o sistema financeiro da principal economia mundial atinge o coração do sistema capitalista, primeiro “Wall Street” e depois a “City”, levando quase ao seu colapso. Estando em Nova Iorque no momento da queda do Lehman Brothers, pude testemunhar a crise vertiginosa que se apoderou do sistema financeiro americano. Foram duas semanas nas quais nos encontrámos, provavelmente, muito perto do colapso completo do sistema financeiro internacional, por força justamente da dinâmica da crise financeira no coração do sistema económico e financeiro internacional. Por isso, a circunstância de a crise ocorrer no coração do sistema financeiro não pode deixar também de ser considerada ao desenvolvermos as nossas reflexões sobre o sistema ocidental e o seu futuro, sobretudo, tendo em conta que o sistema financeiro e económico ocidental foi, a par do sistema militar, o pilar fundamental da hegemonia da nossa civilização e da supremacia que permitiu, na competição com o império soviético, a vitória na Guerra Fria.

Desconhecemos os limites da erosão das bases do sistema económico e financeiro e das economias americana e europeia. Mas, sem dúvida que não podemos

deixar de ter em consideração que a natureza desta crise deve ser ponderada na avaliação do quadro estratégico de referência para o posicionamento da Aliança no futuro. A crise atinge também o paradigma económico e o modelo político que está na génese da própria ideia do Ocidente, tal como ela se consolidou e ganhou supremacia no sistema internacional ao longo das últimas décadas. Julgo que têm sido cometidos alguns erros de análise ao identificar-se a crise da ideologia política neo-liberal com a crise da economia liberal de mercado. Do meu ponto de vista, esta crise não evidencia o insucesso da economia liberal de mercado mas, pelo contrário, o extraordinário sucesso que a expansão das forças de mercado garantiu nas últimas décadas, designadamente, introduzindo-se em sistemas que até então rejeitavam as categorias da economia de mercado. Refiro-me à economia chinesa, a algumas economias asiáticas e da própria Rússia que, assumindo essas categorias, sem mudar o paradigma de regulação político, puderam, apesar de tudo, atingir níveis de crescimento absolutamente espantosos, retirando centenas de milhões de seres humanos da miséria.

Esta crise demonstra que a ideologia neo-liberal política falhou rotundamente nas suas concepções de Estado mínimo, de valorização exacerbada da iniciativa e das liberdades individuais no plano económico como factor gerador de riqueza ilimitada, desprezando a necessidade absoluta de os mercados não serem deixados ao livre arbítrio da expansão das suas forças, sem regulação pelo Estado. Falhou a intervenção política e, por esse motivo, associo o fracasso do modelo existente ao insucesso do modelo político neo-liberal e não aos fundamentos da economia liberal de mercado. Falhou a nível nacional pela hegemonia de um modelo anglo-saxónico de desregulamentação muito identificado com o estímulo à inovação tecnológica apenas ao serviço do crescimento e da expansão económica. Este insucesso tem consequências muito importantes na análise que fazemos desta crise, pelo que todas as tentativas para identificar a falência da economia liberal de mercado com o problema grave que esta crise financeira e económica está a provocar é um erro que não devemos cometer.

É necessário recolocar, como essencial, o papel do Estado. Se a questão do Estado dominou a agenda política do século passado, no início deste século essa problemática volta a estar no centro da acção política. O Estado, no contexto actual, tem necessariamente de se concentrar nas suas funções primordiais, adoptar um carácter intervencionista, não podendo deixar de ser capaz de responder às expectativas enormes que os cidadãos colocam hoje na sua capacidade para fazer face à crise. A situação paradoxal é que no momento em que o Estado é mais confrontado com a procura ansiosa dos cidadãos para que responda às suas inquietações, às suas dúvidas e às suas dificuldades, este se encontra mais limitado nos seus meios de

intervenção. O Estado não tem hoje, à escala nacional, capacidade para responder a muitos dos problemas com que as economias e as sociedades se confrontam. O Estado precisa de se apoiar num outro patamar, de regulação supranacional – seja a nível regional como é o exemplo da economia europeia –, seja a um nível mais global, onde no entanto também é manifesta uma enorme dificuldade para se fazer face à crise actual, designadamente em termos de regulamentação. Por essa razão, a questão do papel do Estado deve também ser tida em consideração na definição do futuro contexto estratégico.

Por último, gostaria de salientar um aspecto que também me parece indispensável para caracterizar o novo ambiente estratégico em gestação: o processo em curso de reconfiguração da geopolítica mundial. Todos temos a noção que esta crise veio acentuar desequilíbrios macro-económicos que estavam latentes, tornando-os mais evidentes. Além disso, a crise tem funcionado como uma espécie de revelador de tendências, que se podiam antever, mas que hoje se tornam mais evidentes, e que se referem à dinâmica do sistema internacional e da economia mundial. É hoje mais perceptível uma tendência para a multipolaridade, embora o Professor António Telo tenha sabiamente algumas reservas sobre a leitura da realidade, que eu também acompanho e compreendo, defendendo um conceito crítico de apolaridade. O processo de decisão no sistema internacional tornou-se mais complexo, pela natureza diversa de actores – estatais, não estatais, regionais e supranacionais –, pela dinâmica de relação de forças estabelecida, por um perfil de ameaças completamente diferentes daquelas que existiam e por uma dinâmica perigosa no domínio da contenção e da proliferação nuclear. Um sistema complexo de gestão política que, seguramente, suscita a todos os responsáveis políticos, a todos os governos e a todos os estados, profundas preocupações e inquietações em relação à forma de manter o controle sobre este sistema no futuro.

Podemos também notar, nas últimas décadas, um rápido deslocamento do eixo de gravidade da economia mundial e da relação de forças para a Ásia e para o Pacífico, acompanhado de uma tendência para a perda de hegemonia do mundo Ocidental, dos Estados Unidos e da União Europeia. Esta tendência agrava-se por esta crise ter justamente atingido o coração do sistema financeiro e económico ocidental e por projectar algumas dúvidas sobre a universalidade do modelo demo-liberal, que alimentou durante aproximadamente duas décadas depois do fim da Guerra Fria, uma certa tentação hegemónica do Ocidente no sistema internacional. A circunstância de, no âmbito das minhas funções, ter feito ultimamente várias visitas à Ásia, agudiza essa percepção da afirmação de todo esse espaço geopolítico, com consequências inevitáveis no processo de reconfiguração da geopolítica mundial em curso. Tratar-se-á seguramente de um processo longo

e muito complexo, que exigirá de todos os governos e do sistema internacional uma grande capacidade de acção política, diplomática e militar, para evitar confrontações perigosas.

Quando o próprio Director do FMI, que por inerência da sua função deve ser discreto nas suas intervenções e observações, faz declarações sobre os riscos do desenvolvimento desta crise e os impactos que pode ter, designadamente, na estabilidade e na segurança internacionais, não podemos naturalmente deixar de nos inquietar. Acredito, de qualquer forma, que a responsabilidade fundamental de todos e, designadamente, da Aliança Atlântica, é a de ter a noção de que este processo de reconfiguração e de reequilíbrio macroeconómico à escala global deverá ser gerido com muito talento, muita persistência e muita cautela, de forma a que a não resvalemos para situações muito difíceis de controlar.

Gostaria ainda de transmitir algumas reflexões sobre o novo conceito estratégico e o futuro da Aliança que estará em debate a partir de agora no seio da organização. Tratam-se de desafios muito críticos, a gerir nos tempos mais próximos, em paralelo com o debate sobre o novo conceito estratégico, desde logo, no que se refere à transformação.

A Aliança vive um processo de adaptação à nova realidade plasmada no conceito estratégico de 1999, a novos conceitos operacionais e à revisão da estrutura de comandos. O ambiente estratégico que caracterizou e inspirou todo o processo de transformação em curso está também, volto a sublinhar, em rápida mutação. Por essa razão, este processo de transformação não pode descurar, independentemente do que está programado e planeado, as mudanças muito rápidas que se estão a verificar nos pressupostos que a inspiraram. É, assim, necessário gerir com cautela este processo de transformação e ponderar algumas das decisões em curso, designadamente no que se refere ao relacionamento com a fronteira leste da Europa, em particular com a Rússia. Trata-se de uma questão que inquieta em particular os novos Estados membros da Aliança e que tem gerado tensões e envolvido os debates sobre os planos de contingência e os exercícios militares conjuntos, recordando algumas das condições de afirmação da Aliança características da Guerra Fria.

Neste contexto, estive mesmo sobre a mesa a abertura do debate sobre o art.º 5.º, do qual, confesso, sempre discordei. Parece-me que a Aliança ao convocar-se a si própria para discutir o art.º 5.º, equivale a pôr em dúvida os seus próprios fundamentos. Penso que esse debate está suspenso e algum bom senso prevaleceu, aliás favorecido pela mudança de administração nos Estados Unidos.

Esta questão leva-me à segunda igualmente difícil: a da coesão, sem a qual a Aliança não pode existir. No seio da NATO, a coesão tem sido posta à prova,

muito recorrentemente, ao longo dos últimos anos, sobretudo porque a organização mudou de natureza, o inimigo comum desapareceu, a grande ameaça deixou de existir e se deu o alargamento a novos Estados membros. Face a um inimigo comum é mais fácil garantir a coesão. Não havendo inimigo comum e existindo várias percepções sobre as ameaças ou mesmo a identificação de inimigos diferentes, a coesão no seio da Aliança torna-se muito mais crítica. Por isso, todo o esforço no dia a dia da gestão da Aliança, mesmo no plano da sua organização e dos seus comandos militares, é muito exigente. Trata-se de um exercício de grande dificuldade e tenacidade que é preciso assumir no plano político, por quem lidera a organização, mas também pelos governos. Tal como no plano diplomático e no plano do comando militar, algumas tensões e alguns problemas têm-se manifestado nos teatros de operações.

Sabemos que também o alargamento constitui um problema e um desafio. A perspectiva do alargamento à Geórgia e à Ucrânia não correu como se pretendeu. Já o disse publicamente: penso que houve uma subavaliação da reacção da Rússia a esse processo. Portugal é favorável a uma política de portas abertas, mas sempre entendemos que este último movimento de alargamento foi gerido com excessivo voluntarismo, do ponto de vista político, pela anterior Administração americana. As Cimeiras de Riga e Bucareste, (principalmente a de Bucareste), confirmaram esse voluntarismo ao não ter sido possível gerir a coesão da Aliança no contexto de um objectivo tão ambicioso como aquele que foi afirmado já na fase final da administração americana. Por esse motivo, a questão do alargamento tornou-se um problema crítico da Aliança que, de alguma forma, também se potencia na avaliação que fazemos da relação com a Rússia (outro desafio com que estamos confrontados).

Neste momento assistimos, confesso que com entusiasmo, à forma como a nova administração americana se posiciona na relação com Moscovo, em termos muito próximos daqueles que sempre defendemos ao longo dos últimos dois anos. Esperamos que, sobretudo no que diz respeito ao debate sobre a proposta de uma nova arquitectura de segurança na Europa, as condicionantes que os aliados têm de impor à Rússia, para que se possa, nesse quadro, gerar uma convergência de esforços de segurança colectiva em toda a Europa, estejam perfeitamente identificadas. Não podemos substituir a Aliança por algo que não sabemos o que é. Portanto, na relação com a Rússia é essencial que fique claro o que queremos, não me parecendo necessário inventar novas estruturas. Temos também de ter em consideração alguns princípios, dos quais não podemos abdicar, e ter em conta os aspectos relacionados com o processo de desarmamento, de controlo e de não proliferação. Mas neste enquadramento creio que é possível, apesar de tudo, manter uma via aberta no



relacionamento com a Rússia, que permita ultrapassar uma fase muito crítica de tensão geopolítica que se desenvolve nessa fronteira.

Do ponto de vista dos principais desafios com que a Aliança está ainda confrontada, surgem os problemas nos teatros de operações. A Aliança é uma organização militar envolvida em operações militares e em confrontos (ironicamente ganhou uma guerra sem propriamente ter uma participação em confrontos directos militares) em teatros muito críticos: no Afeganistão, que constitui um problema muito sério ao qual a Aliança está a dedicar muita atenção e esforço, e nos dos Balcãs, que atravessam também uma fase muito inquietante. O facto é que existe uma espécie de uma nuvem, de um denso nevoeiro que esta crise fez abater sobre quase todo o mundo e que dificulta a percepção de muitos dos cenários com que estamos confrontados.

A nova administração americana aborda o teatro do Afeganistão com um novo cenário estratégico. Aliás, toda a perspectiva americana para o Grande Médio Oriente está muito influenciada pela nova abordagem do problema da relação dos EUA com o Irão que tem reflexos em todo o enquadramento estratégico e, em particular, no Afeganistão. Não é por acaso que, na próxima semana, se realiza uma conferência com características bem diferentes das que foram organizadas no passado, por iniciativa da NATO. Não se trata agora de uma iniciativa da Aliança, mas de uma iniciativa da própria administração americana que envolve também o Irão, pela primeira vez. O teatro do Afeganistão é um desafio muito sério que temos de enfrentar. Existe a percepção clara de que a coesão e o próprio futuro da Aliança se jogam na forma como esta for capaz de superar as enormes dificuldades com que se confronta hoje para a realização dos objectivos a que se propôs no Afeganistão, a par de outros teatros e de outras relações que tem que gerir com particular sensibilidade ao longo dos próximos meses.

Neste contexto de crise, considerando os vários aspectos que enunciei e que não deixam de influenciar o quadro estratégico de referência, e os principais desafios que estão a ser geridos no dia a dia pela Aliança no plano político, diplomático e militar, referiria ainda as questões que devemos ter em consideração quando se abre o debate sobre o novo conceito estratégico da NATO, que será formalmente aberto na próxima semana na Alemanha e em França onde se celebrarão os 60 anos da Aliança.

Em primeiro lugar, penso que o conceito deve basear-se num exercício fundamental de identificação do novo enfoque estratégico para a Aliança. Tenho defendido que há que interromper uma avaliação do papel da Aliança que já não se ajusta à realidade actual. A ideia de promover, depois do fim da Guerra Fria, a Aliança como polícia do mundo ou, até já depois do 11 de Setembro, como uma

espécie de braço armado do Ocidente na afirmação dos seus valores, ou até na imposição, pela via militar, dos seus valores é absolutamente desajustado do novo ambiente geopolítico e que, como referi, a crise vem ainda acentuar. Assim, a ideia de que no fim da Guerra Fria (com o fim da história e com a universalização irrecusável dos valores e das categorias de organização económica, política e social do Ocidente) se podia transformar a NATO num instrumento do sistema das Nações Unidas e na polícia do mundo, não tem condições, nas actuais circunstâncias e face ao ambiente que hoje caracteriza o sistema internacional, para se desenvolver.

Muitos líderes, particularmente europeus, perspectivaram esta visão para o futuro da Aliança. Mas, a ideia de que, num contexto mais agressivo do ponto de vista ideológico - muito marcado pela corrente neo-conservadora que dominou a acção política externa dos EUA -, a NATO pudesse ser o braço armado da afirmação dos valores ocidentais num sistema que se está a reconfigurar rapidamente de uma forma completamente diferente daquela que nós tínhamos previsto há 20 anos, é do meu ponto de vista desajustada.

Temos de lutar pelos nossos valores e princípios e, mais do que isso, devemo-lo fazer militarmente sempre que necessário (e provavelmente teremos de o fazer). Mas, defender os nossos valores é diferente de lutar para impor os nossos valores. Há aqui um erro gravíssimo e uma fronteira muito sensível que, se não soubermos gerir, nos levará a alimentar ainda mais essa lógica maniqueísta fundada em alianças espúrias e em coligações *contra natura* de isolar o Ocidente e de organizar o mundo segundo o princípio "*the West and the rest*". Devemos saber contrariar esse pensamento e a Aliança tem, neste exercício de reflexão sobre o seu futuro, que ser também confrontada com um conjunto de questões que se prendem justamente com esta dinâmica do sistema internacional que é muito preocupante, inclusive para a preservação dos valores e dos princípios que defendemos.

Deste modo, a questão da justificação da Aliança deve ser determinante no debate sobre o Novo Conceito Estratégico. Temos vindo a defender que a Aliança se deve recentrar no espaço geográfico do Atlântico porque é uma Aliança de base geográfica, que tem por referência o Atlântico e a segurança colectiva do sistema euro-atlântico. É aí que ela se deve recentrar, de forma a poder garantir a sua própria razão de ser e de existir.

Dito isto, é fundamental que as relações entre a NATO e o lugar do pilar europeu da Aliança se clarifiquem. Os EUA têm uma responsabilidade muito grande neste exercício: a responsabilidade de, enquanto Aliados, olhar para a Europa, não no quadro de relações estritamente bilaterais, mas identificando

a UE e a política europeia de segurança e defesa como um pilar da Aliança. E sabemos quanto tem sido difícil, muitas vezes, garantir da parte dos EUA uma visão estratégica da realidade europeia que acentue a dimensão multilateral da UE em torno da sua política externa e da sua política europeia de segurança e defesa. É imperativo inibir essa tentação e esse impulso de jogo e de arbítrio de forças entre a velha e a nova Europa, entre os “Aliados mais aliados e os Aliados menos aliados”, sobrepondo a relação bilateral à indispensável necessidade de reforçar, dando coesão à Aliança, o pilar europeu da segurança. Esperemos que o regresso da França à estrutura militar possa vir a ser mais fácil e mais pacífica dentro da Aliança, já que se trata de um domínio de reflexão fundamental para a clarificação do futuro da Aliança do prisma das relações entre o pilar americano e o pilar europeu.

Para terminar, julgo essencial dar particular atenção às nossas relações de vizinhança e, eventualmente, ser mais ambicioso e mais criativo na utilização dos instrumentos que hoje já existem, mas que têm sido geridos com muita timidez. A Aliança teve, ainda na última década, uma trajectória de alargamento que dominou a sua dinâmica e que foi muito determinada pelo ciclo pós-soviético que, do meu ponto de vista, está encerrado.

É preciso que a Aliança se concentre nas suas relações de vizinhança com a Rússia, com a Ásia Central e com o Grande Médio Oriente, dando sobretudo atenção ao Mediterrâneo, potenciando instrumentos de que já dispõe mas que devem ser mais valorizados. Deverá focar-se igualmente nas relações de vizinhança no Atlântico sul, porque o deslocamento do eixo geopolítico para o Pacífico impõe, necessariamente a prazo, um desafio muito grande de consolidação do eixo atlântico também na sua dimensão Norte-Sul.

Os Estados Unidos vão necessitar muito de uma Europa forte do ponto de vista da organização da sua segurança colectiva, mas também de uma Europa capaz de gerir as suas relações de forma mais credível e mais ambiciosa com o Mediterrâneo, com o continente africano e com o espaço do Atlântico Sul. Os EUA têm de dedicar muito esforço à sua relação com o Pacífico, durante as próximas décadas, e é absolutamente indispensável que a consolidação da Aliança, com o seu pilar europeu reforçado, possa pelo seu lado dedicar mais atenção à gestão das relações de estabilização e de promoção do desenvolvimento na bacia do Mediterrâneo e no espaço do Atlântico Sul incluindo, naturalmente, os fenómenos que estão em desenvolvimento, seja no continente africano, seja no continente latino-americano, em termos da sua arquitectura de segurança e defesa.

Portugal tem, naturalmente, um papel fundamental a desempenhar no quadro da Aliança pelas suas relações privilegiadas com o continente africano, com o espaço

do Mediterrâneo e em particular com o Brasil. É, neste contexto, essencial ter em consideração o papel fundamental que o Brasil pode desempenhar no desenvolvimento de um sistema de segurança colectivo no espaço do Atlântico Sul em coerência com valores e princípios que não são estranhos aos valores e aos princípios que nós vimos defendendo ao longo dos últimos 50 e 60 anos. É de salientar o papel que o Brasil tem vindo a assumir: há três anos não existia o cargo de Ministro da Defesa; hoje, o Governo de Brasília desenvolve, entre o Golfo da Guiné e a África ocidental, iniciativas ambiciosas de projecção de influência, valores e princípios que são necessariamente muito importantes para a estabilização do espaço do Atlântico Sul durante as próximas décadas. Penso que cabe a Portugal, no exercício da sua política e das suas responsabilidades neste processo de revisão do conceito e de debate sobre o futuro da Aliança, acentuar estes princípios orientadores para a reforma do Conceito Estratégico e para a reforma da própria Aliança.